

ATA Nº 11/2017 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2017.

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete (11/07/2017) reuniram-se em Sessão Ordinária os seguintes Vereadores: **Luciano Camargos Pego, Veronilde Oliveira de Almeida Junior, Juliano Ricardo Tibério, Claudinei Bregondi, Pedro Camargo, Sandro Gusmão Moretto, Antônio Lino da Silva e Sergio Panizio** e sob a Presidência deste último. Momento contínuo, pediu a todos que ficassem de pé para ouvirem um trecho bíblico a ser lido Vereador **Luciano Camargos Pego**. Isto feito, declarou aberto o PERÍODO DE EXPEDIENTE e colocou a Ata da Sessão anterior em discussão. Não havendo discussão, emenda ou impugnação, a mesma foi aprovada por unanimidade. A seguir, foi lida a matéria e correspondência recebida: **Ofício nº 096/2017, do Executivo Municipal**, encaminhando a esta Casa, para análise e aprovação, os seguintes Projetos de Lei: *Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências; Inclui metas na LDO para 2017 e dá outras providências*; **Ofício Circular do Governador do Estado do Paraná, Carlos Alberto Richa**, informando esta Casa, sobre a liberação do pedido de financiamento encaminhado ao Governo do Estado, pelo município de Lupionópolis, conforme despacho anexo; **Protocolo nº 14.323.689-7, da Casa Civil**, encaminhando a esta Casa, resposta enviada pela Secretaria de Estado de Infra Estrutura e Logística, mediante cópia da Informação nº 022/2017 – AT e do respectivo anexo, referente a continuidade dos serviços de reparação do pavimento asfáltico na rodovia PR-534; **Ofício nº 295/2017, do Deputado Estadual, Tiago Amaral**, informando o município de Lupionópolis, a sua intermediação junto ao governo do Estado do Paraná, que recebeu a liberação da emenda parlamentar, no valor de R\$ 120.000,00 para aquisição de uma Van/ambulância para o transporte de pacientes; **Comunicado do Ministério da Educação**, informando liberação de recursos financeiros ao município de Lupionópolis. Passando ao PERÍODO DORDEM DO DIA, contando com a presença de oito Vereadores, também com a presença da Oficial Legislativo, do Procurados Jurídico e da Zeladora da Casa, a Sessão teve prosseguimento com a matéria a ser discutida e votada como se segue: Neste momento, o **Senhor Presidente**, suspendeu a Sessão por alguns minutos para que as Comissões analisassem e dessem parecer ao referido Projeto de Lei. Retomado os trabalhos, com Parecer favorável das Comissões, o **Senhor Presidente** colocou o **Projeto de Lei nº 04/2017**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de guarda volumes nos estabelecimentos bancários, nas áreas em que antecedem as portas que possuem dispositivos de travamento eletrônico, no âmbito do município de Lupionópolis em discussão. Sem discussão, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade em primeira deliberação. Continuando, o Vereador e 1º Secretário **Juliano Ricardo Tibério**, disse ao Senhor Presidente que havia ficado para trás, a leitura do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativo à Prestação de Contas deste município do ano de 2014, onde teve um Parecer com regularidade com ressalva. Então, o **Senhor Presidente** encaminhou para a Comissão de Finanças e Orçamento, para que analisassem a referida prestação de contas. Passando ao PERÍODO DAS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES, o **Senhor Presidente** concedeu a palavra ao Vereador **Veronilde Oliveira de Almeida Junior** que iniciou cumprimentando a todos, dizendo que gostaria de falar aqui nessa Tribuna, uma coisa que vem lhe deixando um pouco incomodado e como é uma pessoa sempre muito objetiva, falou a todos que foi um prazer imenso quando entrou nessa Casa no dia 1º de janeiro para fazer parte do Poder Legislativo. Disse o Vereador que gostaria de deixar esse apelo bem claro, onde a situação não pode parecer oposição. Porque se aqui tem Assessoria Jurídica e não estão fazendo nada contra a Lei, não se tem o que temer, porque as dúvidas estão aí para serem esclarecidas com o Dr. Clodoaldo. Então, os próximos projetos, os próximos trabalhos do município, espera que esta Casa seja mais objetiva, sem medo de qualquer oposição, porque a situação não tem nada a temer, porque não estão fazendo nada contra a Lei. Em aparte, o Vereador **Juliano Ricardo Tibério** apenas complementando os dizeres do Vereador Veronilde, que aqui nesta Casa, tem o Regimento a ser seguido e pediu aos demais pares que seguissem, para que possam ter harmonia diante das tramitações internas aqui nessa Casa. Disse que era somente isso que queria dizer, pois está sendo objetivo também dessa forma, que todos se atentem rigidamente ao regimento interno desta Casa. Com a palavra o Vereador **Pedro Camargo** que iniciou cumprimentando o Senhor Presidente,

demais Vereadores, Servidores da Casa e toda assistência presente. Dirigindo-se ao Presidente da Casa, disse o Vereador que queria agradecer a disponibilidade que o mesmo havia colocado esta Casa, na noite de quarta-feira, para uma reunião que seria realizada aqui, por solicitação do Ministério Público, onde seria discutido os problemas que aflige a Sociedade Cristo Rei de Lupionópolis, mais conhecido como Asilo. Disse que verificando melhor, por estar na Semana Santa, foi detectado que boa parte dos confrades, que são as pessoas que compõe o quadro associativo do Asilo tem compromisso com a Igreja Católica, por se tratar de uma semana estritamente religiosa. E, em comum acordo com o Ministério Público, o Promotor Renato dos Santos Sant'anna, permitiu que essa reunião fosse transferida para segunda-feira próxima. E já aproveitou para e convidou os Senhores Vereadores, aqueles que tiverem disponibilidade, pois vê aqui, analisando a grosso modo, que o único Vereador com a sua cessão, é o Vereador Claudinei Bregondi que já há algum tempo, é confrade naquela entidade, mas mesmo assim, até por se tratar de interesse da comunidade, estendeu o convite aos demais Vereadores e também funcionários desta Casa, para que compareçam aqui na próxima segunda-feira, às 19h, com a presença do Ministério Público e de toda a diretoria e as pessoas que foram indicadas para essa transição de diretoria e os confrades que puderem comparecer, para que possam discutir os rumos a serem tomados por essa entidade tão importante, que hoje acomoda dezesseis pessoas idosas e que precisam e merecem um atendimento humanitário desta comunidade. Agradeceu a Presidência mais uma vez e já solicita também em nome da Entidade, a cessão do local para a semana que vem. Disse ainda que gostaria de comentar a respeito das colocações dos Vereadores Veronilde e Vereador Juliano, onde sinceramente não entendeu o que ambos quiseram mencionar, e que realmente o Regimento Interno é para ser seguido por essa Casa, com certeza, pois isso aí não existe dúvida em nenhum Vereador. E em momento algum, os três Vereadores de oposição aqui fugiram das regras opostas pelo Regimento Interno e com certeza, se algum deles saírem fora, com certeza estão aqui para reconciliar e fazer as coisas de acordo. Disse que sim, respeita, considera o Procurador Jurídico, Dr. Clodoaldo, mas quem legisla aqui são os Vereadores, sendo que, o Parecer é do Jurídico, mas a legislação compete a eles Vereadores, ou seja, as discussões, as decisões e a votação. Então, deixou bem claro, que as discussões aqui nesta Casa, serão as melhores possíveis e estão aqui com já colocou nas discussões que tiveram, para discutirem e chegar a um consenso. E com referência ao Projeto de Lei que está em discussão, este Vereador em uma breve avaliação, descobriu duas irregularidades, ou seja, duas falhas que deixaram de contemplar. E é por isso que é preciso a participação dos Vereadores, por isso foram eleitos e por isso são bem pagos, muito bem pagos para se reunirem uma vez por semana e não podem virar as costas para a população, pois estão aqui para discutir na Sessão, fora da Sessão, como já foi feito. E novamente, deixou bem claro, que não vão fugir em momento algum da discussão e nem do Regimento Interno, pois podem ter certeza disso, porque da mesma forma que são penalizados, os Vereadores aliados do Prefeito também são. Neste momento o Vereador **Juliano Ricardo Tibério** pediu um aparte ao Vereador e o mesmo não lhe concedeu. Então o Vereador **Luciano Camargos Pego** pediu à Presidência se poderia ter um aparte como Líder do Prefeito. Respondeu o **Senhor Presidente** que sim e lhe concedeu a palavra. Então, o Vereador e Líder do Prefeito disse que gostaria de deixar claro que gosta de discussão tranquila e civilizada, pois não está aqui para ofender ninguém. Ressaltou que gostou do que o Vereador Pedro havia falado, é bom saber que o Vereador está esforçado dessa forma e fica muito contente com isso, porque no passado, infelizmente, este Projeto não era assim tão discutido, tão minuciosamente explorado, porque simplesmente é funcionário público e sabe disso, onde num passado meio distante, perderam o fundo de garantia, porque os Vereadores não quiseram ouvir os servidores e inclusive não viu nenhum Vereador aqui na época falando em defender. E agora um Projeto que é simples, de estruturação e reorganização normal, está acontecendo esse reboleio todo, não está conseguindo entender o porquê disso tudo. Disse o Vereador que tiveram sim uma reunião, tiveram consenso, tiveram um acordo de cavalheiros, o Presidente desta Casa colocou o Advogado à disposição dos Vereadores, tudo certinho. Então não vê necessidade de toda vez que foram votar um Projeto de Lei, vir o Ministério Público para decidir o que é certo e o que é errado. Depois de votado tudo bem, vem aqui, manda um mandato de segurança, cancela o Projeto, faz qualquer coisa, mas não

podem ficar refém dessa situação. Em aparte o Vereador **Pedro Camargo** dizendo que o Vereador Luciano havia colocado muito bem, pois passou um Projeto de Lei agora pouco e teve algum voto contrário? Respondeu o Vereador **Luciano** que é exatamente o que está dizendo, ou seja, precisou do Promotor? De volta o Vereador **Pedro** ressaltou que é porque é um Projeto que foi de consenso, todos os Vereadores acharam que o Projeto tem sentido, tem cabimento, onde os três Vereadores de oposição votaram favorável, ou seja, foram na reunião das Comissões, deram parecer favorável, agora o que estão pedindo é discussão, não é nada a menos que isso, pois já colocou aqui e quer deixar claro que este Vereador, o Vereador Sandro e o Vereador Claudinei, não tem o poder e nem força para rejeitarem nada, só que tem o direito de exigir que o Projeto seja discutido. Disse que já descobriu e colocou para o Presidente, numa reunião que fizeram numa quinta-feira de manhã aqui no Plenário, que tem duas falhas no Projeto e porque não discutir. Perguntou o Vereador **Luciano** em qual momento correram da discussão? Em qual momento deixaram de discutir o Projeto, o Projeto é para ser discutido. Entre calorosas discussões entre os Vereadores **Pedro, Luciano, Juliano**, onde foi pedido ordem na Casa pelo Vereador **Sandro Gusmão Moretto** e o **Senhor Presidente** assim fez, pediu para que fosse deixado essa discussão para o momento certo. E antes de encerrar, o Vereador **Sandro** pediu ao Senhor Presidente, já que o mesmo cedeu a palavra ao Líder do Prefeito, para que deixasse ele falar um minutinho só. Nesse caso então, o **Senhor Presidente** concedeu a palavra e pediu que fosse breve. Com a palavra o Vereador **Sandro** disse que era só para deixar bem claro e transparente que esse Projeto que está sendo discutido aqui para quem está de fora ou as vezes até que está aqui e não sabe, é um Projeto que dispõe sobre a estrutura organizacional ao cronograma dos cargos do município, mas ele em si está criando mais de trinta e cinco cargos para ser mais exato e aumentando de nove para onze secretarias para o município. O Prefeito Municipal tem todo o poder de fazer isso, agora a imoralidade, a ilegalidade está no percentual de gastos com os funcionários públicos, que está em 57, 69, quase 58%, segundo dezembro de 2016. E como o Vereador Juliano disse que está caindo a receita, até entendem, pois está caindo mesmo e esse número, a próxima avaliação que é feita agora no meio do ano em junho, tende a aumentar. Então a irregularidade que vê e que só o Ministério Público pode intervir é na questão que o gasto está acima do limite com o percentual que é 54% exigido pelo Tribunal de Contas e estão querendo criar mais cargos. Onde já se viu, onde vai parar isso? Se o gasto do município tivesse em 45%, 50%, poderiam aqui falar alguma coisa, mas não teria nem respaldo do Ministério Público, porque o mesmo viria responder a eles que não tinha cabimento algum no que estavam reivindicando, mas se o Ministério Público está intervindo, está pedindo mais análise, mais calma, mais cautela é porque alguma coisa tem de errado. Em aparte o Vereador **Juliano Ricardo Tibério** pedindo licença ao Vereador Pedro, que também queria falar naquele momento. Então, ressaltou o Vereador **Juliano** que sabia que não era a hora de estarem discutindo esse Projeto nesse momento, mas já que se iniciou, falou a respeito de alguns temas que o Vereador Sandro havia mencionado, onde o mesmo como Contador do município sabe o problema muito bem, pois tem o problema com a Empresa terceirizado dos médicos junto ao Tribunal de Contas e por isso que o índice chegou nesse valor. Explicou que com a relação de quantidade de cargos, Secretarias existem onze também, podem observar bem na Lei de 2001, atualmente o Prefeito Municipal está com nove e no Projeto em questão não está criando nenhuma Secretaria. Em segundo lugar, disse que conversou hoje com o Dr. Renato e o mesmo explicou alguns pontos que ele sugeriu, sendo muito sutil e gentil como sempre, explicando a forma que ele acha que é o ponto de vista dele. E este Vereador lhe falou que iria conversar com os demais Vereadores, para ver o que poderia ser feito. Se reuniram e acharam por bem adiar para mais uma semana, para estarem verificando essas modificações. E quanto a quantidade de cargos, se aumentou um ou dois cargos, o Prefeito sempre vai estar atrelado à Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como ao orçamento municipal e finalizando, referindo-se a Vereador Pedro e complementando as palavras do Vereador Veronilde, mencionou a respeito do Regimento, porque no início como todos aqui sabem, foi feito um acordo de cavalheiros, passando por cima do Regimento, porque qualquer discussão do Projeto, todos aqui sabe que tem que ser por meio de Requerimentos, Emendas, etc. E tentaram fazer alguma coisa amigável, o Presidente desta Casa marcou reunião com os Vereadores Sandro e Pedro e no momento que seria a reunião, os Senhores

estavam ausentes. Disse que também acha que é um Projeto que não se analisa em meia hora, mas estava e está à disposição na Secretaria desta Casa e os Vereadores se atentam em uma situação em que estão aumentando um ou dois cargos, onde foi um Projeto muito bem elaborado, inclusive elaborado pela Gestão anterior e o Prefeito Municipal está aproveitando agora. Em aparte o Vereador **Luciano** ressaltou dizendo que na contenção de gastos, tem um artigo dizendo que o funcionário com FG, não poderá mais receber horas extras, ele vai fazer o trabalho todo, mas sem receber horas extras, quer dizer, isso foi tudo extinto nesse Projeto de Lei agora e isso significa economia e não gastos a mais. Na discussão o Vereador **Pedro Camargo** disse que foi colocado que não é para discutir, pois só queria complementar o que o Vereador Sandro falou, querem transparência, pois faltou apresentar o Projeto, a lei de 2001, que inclusive é de autoria do Prefeito atual José Antônio Gerônimo, onde o mesmo tinha que apresentar o Projeto de 2001, 2016 e 2017, que é a função do Vereador, analisar o que está entrando aqui nessa Casa, pois ninguém tem o direito e nem obrigação de votar aquilo que não conhece e nem de goela abaixo. E se for feito isso aqui, dirigindo-se ao Vereador Juliano, a Casa vai ter harmonia durante os quatro anos com certeza. O que não pode é um Vereador votar aleatório, sem o conhecimento, para depois serem responsabilizados. Pediu desculpas pela sua franqueza, mas por falta de discussão, tem um Projeto que está até hoje surtindo efeitos aqui em Lupionópolis, que é o Plano de Cargos, Carreiras e Salários daqui da Câmara e os Servidores desta Casa sabe o que está dizendo, pois ouvem isso aí todos os dias, pelas ruas desta cidade, porque faltou discussão. Em aparte o Vereador **Luciano** disse que o Projeto estava à disposição e a discussão poderiam ter tido tranquilamente, pois tem as Comissões. Nesse momento, o **Senhor Presidente** interrompeu a discussão dos Vereadores, pedindo que os mesmos deixassem para discutir o Projeto no momento certo. E nada mais havendo a tratar, em nome de Deus encerrou a Sessão. Eu 1º Secretário lavrei a presente Ata.

Secretário

Presidente